APRESENTAÇÃO*

Nos últimos meses a crise humanitária mundial aberta pela disseminação do Covid-19 parece estar produzindo um novo consenso, qual seja: a descrença no progresso sob as bases do neoliberalismo. As teses em defesa do mercado e do Estado Mínimo o qual gere a sociedade a partir da referência empresarial, "fazer mais com menos", numa clara alusão à redução de custos e aumento dos ganhos parecem estar caindo por terra. Parece haver o reconhecimento de que o mercado não é capaz de apresentar encaminhamentos coordenados que reúnam esforços humanos e recursos financeiros para salvar vidas. E, mais, ao que tudo indica, a gestão *just-in-time* da esfera pública foi fundamental para o agravo da crise pandêmica, sobre a qual especialistas já estavam alertando há algum tempo (GPMB, 2020).

Enquanto a China promoveu uma ação rápida e coordenada envolvendo testes massivos e isolamentos, os governos de países ocidentais como Itália, Espanha e Inglaterra optaram pelo descaso e pela negligência e, ante ao número crescente de óbitos, começaram a reinvestir e reestruturar novamente seus sistemas de saúde públicos, há tempos sendo corroídos por terceirizações e falta de investimentos. Suécia e Estados Unidos seguem negligenciando ações efetivas de isolamento e assiste-se a uma brutal mortandade pessoas, em especial, aquelas pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho e nesta, os negros, dado a chaga do racismo estrutural, as mulheres, mais exploradas nas atividades domésticas e de cuidados, e os imigrantes morrem mais.

De fato, se o coronavirus é letal a todos e todas, na sociedade de classes, em particular nos países latinoamericanos, onde a "civilização" teve início com o extermínio das populações autóctones e a exploração foi desde sempre (ANTUNES, 2011), a morte atinge sobremaneira os extratos mais precarizados da classe trabalhadora, obrigada a escolher entre o trabalho informal, mediado por aplicativos (apps)

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.11-18

das plataformas digitais, sem direitos e *full time* para o capital, ou morrer de fome em isolamento.

Importa dizer que na América Latina, historicamente, as elites nacionais voltam-se contra seu povo, a favor de suas antigas metrópoles, para assim manter seus privilégios e auferir ganhos de capital num processo de globalização marcado por uma divisão internacional do trabalho desigual, subordinada, mas visceralmente combinada, onde o Estado pratica sistemática (des)regulamentações do trabalho e quanto ao uso do meio ambiente, a fim de facilitar a acumulação por espoliação (HARVEY, 2010) promovida pelas cadeias de commodities globais.

Este livro tem o intuito problematizar a vida sob a pandemia em países da América Latina e Europa, continente do labor, conforme Antunes (2011), nomeadamente, Brasil, Argentina, Colômbia, Equador e Uruguai onde o vírus letal atinge uma massa de trabalhadores e trabalhadoras imersos numa longa história de superexploração e opressão, agravada pela destruição dos direitos sociais sob governos recentes de matiz neoliberal predatória como é caso da Argentina sob Macri (2015-2019), do Brasil, desde o golpe parlamentar que conduziu Temer (2016-2018) ao poder e tem a sua frente, agora, o governo de despojo de Jair Bolsonaro, e do Uruguai, que após anos de governos de coalisão de esquerda, experimenta o retorno da direita sob o governo de Luis Lacalle.

O livro está organizado em dezesseis capítulos divididos em duas partes interligadas expressas pelos desdobramentos do coronavirus no Brasil e na América Latina e Europa, além da Introdução concernente a uma bela entrevista de Ricardo Antunes e que nos foi por ele gentilmente concedida.

A primeira parte é denominada como "*O Covid-19 no Brasil*", Antonio Carlos Lopes Petean, no primeiro capítulo é de que nos brinda com uma crônica de um professor universitário em confinamento em tempo de pandemia no Brasil, expondo suas dúvidas e seus anseios.

O segundo capítulo, também uma crônica, de Afrânio Mendes Catani, busca com muita leveza e senso de humor, refletir sobre a vida em isolamento em São Paulo, seus enfrentamentos e angústias.

Sérgio Paulo Morais apresenta o terceiro capítulo e constrói, a partir de notícias postas em diferentes canais de imprensa, em sua maioria, comercial, aspectos da Covid-19 no Brasil, acentuando as atitudes contrárias ao isolamento social propostas pelo Presidente da República. Em seguida o autor propõe reflexões sobre a saúde pública, o trabalho no contexto da crise sanitária e econômica e as atitudes desprezíveis de uma classe média que se diz liberal, porém, em função da pandemia, se revela malthusiana e, por fim, mapeia algumas tendências do que poderá ocorrer após o surto do Corona, caso não ocorra um acirramento da luta de classes por parte dos trabalhadores.

Patrícia Villen e Sávia Cordeiro, problematizam, no quarto capítulo, a partir da identificação da situação enfrentada por imigrantes e refugiados no contexto internacional e no Brasil – particularmente no município de São Paulo –, algumas "verdades da imigração" que se revelam no âmbito da crise provocada pela Covid-19. Além de evidenciar situações muito parecidas em diferentes partes do globo, que nos ajudam a entender as tendências gerais colocadas aos imigrantes e refugiados – em especial ao trabalhador imigrante –, também oferecem um registro histórico das demandas desse grupo social na cidade de São Paulo e uma análise dos gargalos estruturais para responder às urgências dessa população, acentuadas pelo atual contexto.

No quinto capítulo, Fabio Coltro nos descortina a construção do meio ambiente como um terreno exógeno e objetificável, que vem de longe, com base no progresso humano, apoiado no conhecimento científico, baseado no controle e no domínio da natureza. Esse dualismo (Sociedade vs Natureza) viria a ser a percepção segundo a qual os seres humanos representariam a civilização, enquanto a natureza estaria em outro campo diferenciado, na natureza, onde os logotipos da racionalidade humana deveriam ser estendidos sobre os indomáveis. Deste modo o texto ilustra, através das discussões de Jason W. Moore,

Kohei Saito e John Bellamy Foster, as interpretações de Marx sobre a questão ecológica. Moore apresenta sua visão da "natureza barata" onde o capitalismo sempre busca lucro com o trabalho não-remunerado da natureza, apropriado pelo capital, Foster discute a ideia da fenda metabólica entre a sociedade e natureza como indicador da atual crise sistêmica e Saito nos ilumina com a nova interpretação de escritos ainda pouco conhecidos de Marx que demonstram sua preocupação ambiental ainda na construção de sua obra seminal "O Capital" e como essas discussões apresentam o cenário onde só será possível a ruína ou a revolução.

No sexto capítulo da obra, Marco Gonsales, Felipe Moda e André Accorsi apresentam resultados parciais de uma pesquisa realizada com entregadores e entregadoras por aplicativos sobre as condições do trabalho, por eles e elas exercidos, em tempos de pandemia e consequente isolamento social. Até o momento, foi aplicado presencialmente e remotamente, um questionário composto por 10 perguntas fechadas em escala Likert com 36 entregadores e entregadoras por aplicativos da cidade de São Paulo, entre os dias 8 e 23 de abril (18 dias após o Estado de São Paulo entrar em quarentena). Os autores alertam que amostra não é representativa do universo dos entregadores e entregadoras por aplicativos, mas é importante para indicar tendências e abrir caminhos para pesquisas mais robustas. Os resultados apresentados fazem parte de uma pesquisa comparativa sobre as condições de trabalho dos entregadores e entregadoras da cidade de São Paulo e da Cidade do México.

Luci Praun, no sétimo capítulo, "sem a pretensão de tratar sobre o conjunto de questões e dimensões implicadas na disseminação da COVID-19 no Brasil", busca destacar cinco imagens recentes. Segundo a autora, estas, ao expressarem de diferentes formas aspectos do avanço da crise sanitária no Brasil, convertem-se em pontos de apoio para reflexões sobre a pandemia, permitindo também salientar as singularidades de nossa trajetória como país e como estas fornecem à crise local contornos particularizados.

No oitavo capítulo Fabiane Santana Previtali e Cílson Cesar Fagiani problematizam o avanço da precarização do trabalho e da educação escolar básica sob a pandemia, argumentado que a gestão *just-in-time* na esfera pública, em especial na saúde e na educação, com redução de investimentos e terceirizações, impõe a morte aos extratos mais vulneráveis da classe trabalhadora não por fatalidade, mas por descaso.

Geraldo Pinto escreve o nono capítulo o qual tem por objetivo analisar o Projeto de Lei Complementar n. 39 de 2020 para além dos objetivos para os quais foi idealizado e veiculado, ou seja, como um plano de auxílio da União aos estados e municípios no enfrentamento da pandemia do Covid-19 (buscando suprir o déficit tributário resultante da recessão causada pelas medidas de isolamento, somada à necessária ampliação de gastos na saúde pública). Segundo o autor, por meio de um resgate de reportagens da imprensa e de documentos públicos, o objetivo é demonstrar que o PLP 39/2020 (posteriormente sancionado como Lei Complementar n. 173), tendo como um dos seus eixos o ataque às condições de trabalho dos/as servidores/as públicos/as, transcende (aproveitando-se das exceções) o período de pandemia de covid-19 e leva adiante uma agenda de reforma do Estado que já vinha sendo encaminhada pelo governo Bolsonaro meses antes, como parte do Plano Mais Brasil. Tal agenda tem como horizonte aprofundar o ajuste fiscal e fragilizar a capacidade do Estado de prover serviços públicos básicos, arrastando a sociedade a aceitar a privatização. Para o autor, o ataque às condições de trabalho dos/as servidores/as – difamados/as como "parasitas" pelo Ministro da Economia – é, conforme evidencia a análise, uma estratégia constante dessa reforma, encontrando-se já presente em duas das propostas de emenda à Constituição (PEC) que constituem o Plano Mais Brasil, sendo retomada como um dos eixos do PLP 39/2020.

O décimo capítulo foi escrito por Robson França apresenta a naturalização da precarização do trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil no cenário do Covid-19. Aponta que a Pandemia da Covid-19 no Brasil legitimou a desregulamentação flexibilização e

desmonte tanto da estrutura geral de proteção ao trabalhador como também de diversos direitos sociais a partir de uma agenda neoliberal que teve seu início marcadamente em 2016.

No décimo primeiro capítulo, Carlos Lucena e Lurdes Lucena problematizam o negativismo científico como expressão de negação dos impactos do coronavirus no país. Demonstra como correntes de pensamento desprovidas de cientificidade, dando ênfase aos pressupostos do terraplanismo, materializam concepções que visam justificar a morte e adoecimento de milhares de pessoas no Brasil e nos Estados Unidos.

A parte II intitulada "*O Covid-19 na América Latina e Europa*" recupera os desdobramentos do covid-19 através de relatos e reflexões nos continentes em questão. É assim que o décimo segundo capítulo, de autoria de Soledad Nión Celio e Agustín Juncal Pérez nos traz um panorama da situação da pandemia no Uruguai. Segundo os autores, em 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação do Covid-19 como uma pandemia - presente em 114 países e mais de 100.000 pessoas afetadas no mundo - o Uruguai não registrou casos e estava na segunda semana de um novo governo. No entanto, a situação mudou radicalmente em poucas horas: entre sexta-feira 13 e segunda-feira 16 de março, foram identificados 29 casos e as primeiras medidas foram tomadas para fechar as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, mantendo o lema "fique em casa" e o apelo ao distanciamento social.

O décimo terceiro capítulo é de Judith Nardof e analisa o papel da educação escolar, a partir da realidade argentina, na ordenação da vida das famílias, na a preparação para a cidadania (função política) e para o mundo do trabalho (função econômica) e seus reordenamentos em função da pandemia.

Juan J. Paz-y-Miño em o décimo quarto capítulo intitulado "Ecuador: modelo empresarial y pandemia" demonstra os desdobramentos do coronavirus no Equador. Analisa a evolução da política nacional deste país, apontando como a intervenção internacional e o

crescente modelo empresarial de gestão governamental em curso no Equador precariza as condições de existencia no país.

O décimo quinto capítulo de autoria de Lerber Dimas faz referencia analisa as comunidades indígenas de Sierra Nevada de Santa Marte no norte da Colombia. Demonstra a complexidade do livre desenvolvimento e autonomia dos povos indígenas da região em estudo, tendo como destaque os dedobramentos da pandemia do Covid-19 e os mecanismos de sujeição a que são submetidos em virtude de atores armados ilegais paramilitares em seus territórios.

Finalmente, no décimo sexto e último capítulo, Christian Cwik, Stefan Rabitsch, Mark Stieger e Martin Gabriel examinam o manejo de processos endêmicos na Europa e nas Américas nos séculos XVII e XVIII. Realizam uma análise comparativa da atual crise do Covid-19 em nível global não requer apenas respostas nacionais, mas sim a constituição de uma cooperação internacional como forma de possível resolução da pandemia.

Se, por um lado, vivencia-se a degradação da sociabilidade humana sob os imperativos do capital, paradoxalmente, a vida sob a pandemia repõe em causa um debate que já parecia estar morto e enterrado: a construção da sociabilidade para além do capitalismo, fundada na primazia da vida humana e da natureza, enquanto metabolismo societal mediado pelo trabalho criador de coisas úteis, como já dizia Marx. Nesse sentido, pode ser observada a (re)criação de novas lutas e novos laços de solidariedade que trazem consigo a percepção de que a vida sob o capitalismo é destrutiva. Coloca-se em questão a urgência daquilo que Ricardo Antunes tem chamado de "um novo modo de vida" que recupere e preserve a relação simbiótica entre ser social e natureza de maneira efetivamente sustentável, passando, portanto, pela negação dos determinantes estruturais do capital: trabalho explorado, globalização predatória e Estado neoliberal. Como destaca Antunes (2020, p. 507):

> [...] esse novo empreendimento social, para além dos constrangimentos do capital, somente poderá resultar das lutas da classe traba-

lhadora, dos movimentos sociais das periferias, das comunidades indígenas, do movimento negro, da juventude, da revolução feminista global em curso, articulando as lutas contra a opressão masculina e também contra as múltiplas formas da dominação e de exploração do capital.

A Terra é redonda e por si só se move. E a luta dos trabalhadores e trabalhadores continua!

Boa leitura a todos e todas, fiquem em casa, se puderem.

Referencias

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus** (Pandemia Capital). Boitempo Editorial. Edição do Kindle. 2020.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo. 2011.

GLOBAL PREPAREDNESS MONITORING BOARD. **World at Risk. Global Preparedness Monitoring Board**. Set. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/gpmb/annual_report.html>. Acesso em: 10 de mai. 2020.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2010.

Os organizadores